



Prefeitura do Município de Astorga

Estado do Paraná

LEI Nº 1.486/2001-E

SÚMULA : DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR A QUE ALUDE O § 3º, DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000, CONCEDE PRAZO PARA PAGAMENTO DAS JÁ INSCRITAS EM PRECATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI.

ART. 1º - Fica definido em R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º, do Art. 100, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000.

ART. 2º - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da apresentação de requerimento à Procuradoria do Município, instruído com certidão, expedida pelo Cartório, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.


ART. 3º - As obrigações já inscritas em precatório e que satisfaçam o disposto no Art. 1º desta Lei, serão pagas no prazo máximo de 01 (um) anos, observada a atual ordem de inscrição.

ART. 4º - Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do Art. 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

ART. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro do ano de 2001 (dois mil e um).


CARLOS ABRAHÃO KEIDE
Prefeito Municipal


MARCUS EVANDRO GIAROLA
Diretor Administrativo

PUBLICADO NO JORNAL

O Diário

Página 4

Data 27 / 09 / 2001